

BRASIL, CAMPEÃO DE DESIGUALDADE

Em várias oportunidades ao longo da sua história o Brasil perdeu a oportunidade de construir um desenvolvimento integral do povo e do país. Essa dissociação cavou abismos, gerou contrastes e produziu disparidades internas e externas. O Brasil econômico anda longe do Brasil social. Num dos extremos, ostenta o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, frutas, laranja e mandioca e o 2º lugar em rebanho bovino. No outro extremo, 400 mil crianças morrem de fome anualmente e 22 milhões de brasileiros –9% da população urbana e 34% da rural– vivem abaixo da linha da pobreza absoluta. A convivência desses opostos, positivos e negativos, é que faz do Brasil um campeão da desigualdade.

**Reportagem de Ayrton Kanitz (RS), José Luiz Frare (SP) e Lígia Coelho (RJ)
Texto final de Hamilton de Souza**

Jogado na disputadíssima corrida da globalização, o Brasil tem sido obrigado a reconhecer, de forma cada vez mais acintosa, que esconde em suas entranhas contradições estruturais ainda intocáveis. Os “dois brasis” e a “belíndia” de tempos atrás continuam convivendo impunemente mesmo nestes tempos de “modernidade” neoliberal. Os indicadores nacionais e internacionais atestam as disparidades, mostram o fosso e, o mais grave, revelam caminhos opostos que teimam em não se encontrar.

O Brasil já foi a oitava e agora é a nona economia mundial. Assim mesmo os mais ufanistas adoram lembrar que o país anda em boa companhia e senta à mesa com as potências do Primeiro Mundo. Mas o Brasil é, também, o campeão mundial em concentração de renda. Segundo relatório de 1995 do Banco Mundial, os 10% mais ricos da população abocanham 51,3% do PIB. “Em nenhum outro país do mundo os ricos se apropriam de um percentual do PIB tão alto como os brasileiros”, diz Otaviano Helene, professor do Instituto de Física da Usp e ex-presidente da Adusp.

É a pura verdade. Os 40% mais pobres no Brasil ficam com apenas 7% do PIB, o índice mais baixo de todos os 145 países incluídos no relatório do Unicef sobre a Situação Mundial da Infância (1995). E os 20% mais ricos ficam com 68% da renda nacional, a mais alta taxa de concentração do mundo. Com esse desempenho, o país é enviado de volta ao Terceiro Mundo e obrigado a andar na triste companhia de Guiné-Bissau, Guatemala e Panamá.

Para se ter uma ideia mais precisa do que representa essa disparidade entre ricos e pobres basta

fazer uma comparação com o México, país que não se notabiliza exatamente pela justiça social e nem pela lisura política e administrativa. Companheiro do Brasil na corrida da globalização e metido numa crise econômica desde o final de 1994, o México ainda consegue ser mais justo na distribuição da riqueza: lá, os 20% mais pobres da população ficam com o dobro da renda em relação à mesma camada brasileira (veja quadro).

Lógica

Segundo o professor Otaviano Helene, a lógica da concentração da riqueza no Brasil é tão cruel que acaricia os ricos e esmaga os pobres tanto em períodos de expansão quanto de retração econômica. “Não adianta crescer ou diminuir a economia”, diz ele, pois existem “mecanismos econômicos muito fortes que definem quais setores vão ganhar ou perder; toda vez que há uma expansão econômica, os setores mais privilegiados

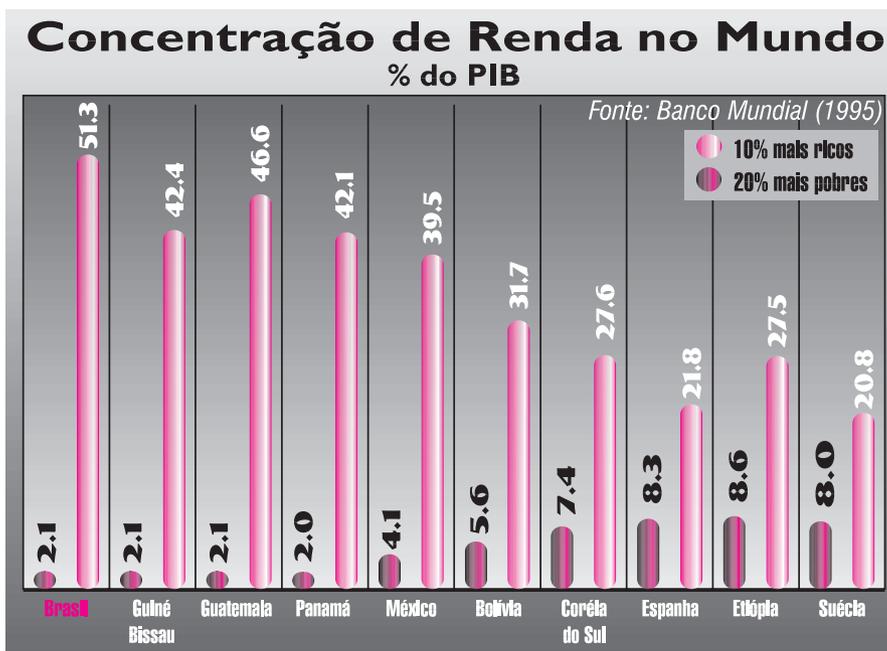
conseguem se apropriar mais do crescimento e o setor mais atrasado não se beneficiará; e toda vez que há uma retração na economia quem paga por ela são os segmentos mais pobres, com diminuição de salários, demissões etc.”.

O mais assustador, no entanto, é verificar que essa lógica cruel parece resistir aos regimes políticos e à coloração partidária dos governos. Nos anos 70, no auge do “milagre brasileiro”, em plena ditadura militar, o todo-poderoso ministro Delfim Netto justificava a política de concentração com a fórmula culinária, dizendo que era preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir. Agora, em plena democracia política, o Plano Real, concebido para estabilizar a economia, também deu sua contribuição para aumentar as distâncias entre ricos e pobres. De acordo com o próprio IPEA, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, de setembro de 1994 a setembro de 1995, 17% do pessoal empregado passou da economia for-

mal para o mercado informal, aumentando o desamparo social, o trabalho precário e a instabilidade.

O aumento do desemprego e a contenção dos salários, de um lado, e o subsídio oficial a setores e grupos econômicos, de outro, têm sido os mais eficientes alimentadores das desigualdades. Para o professor Emir Sader, do Departamento de Sociologia da USP e da UERJ, “o Brasil detém os melhores e os piores indicadores sócio-econômicos do Terceiro Mundo e, justamente por isso, é o campeão em desigualdades, pela polarização entre riqueza e pobreza”. Embora tal afirmação possa parecer um paradoxo, ele explica que os setores da economia que mais cresceram nos últimos anos foram o da exportação, o de consumo de luxo e o bancário-financeiro, que não favorecem a distribuição de renda e, ao contrário, são concentradores de riqueza.

Emir Sader afirma que “são justamente os índices positivos que explicam os negativos”, e cita, como exemplo, o bom desempenho do Brasil na exportação desde a soja até automóveis, mas, cujo resultado, não gera riqueza para o povo. O consumo de luxo idem, pois realimenta apenas o mercado já existente. Da mesma forma, o setor bancário-financeiro não cria riqueza, não produz e “até há algum tempo ainda gerava emprego, mas agora nem isso mais, porque o desemprego nesse setor vem crescendo muito”. Mesmo sabendo disso tudo, o atual governo insiste em desviar bilhões de reais dos cofres públicos para “salvar” instituições financeiras fraudadas pelos seus próprios proprietários.



Miséria

Se de um lado o Brasil ostenta, orgulhosamente, os primeiros lugares em indicadores econômicos (veja quadro), de outro, o país desponta, vergonhosamente, no campeonato das mazelas sociais que o modelo concentrador proporciona. Segundo o relatório do Unicef, o Brasil tem 9% de sua população urbana e 34% da população rural vivendo abaixo do nível de pobreza absoluta. Ou seja, cerca de 22 milhões de brasileiros não têm condições de manter uma dieta mínima nutricionalmente adequada. Em linguagem clara e direta: estão passando fome.

Outro dado que ilustra as contradições do país, a corrosiva concentração e o fosso que separa os ricos dos pobres está presente nas comparações salariais. No mercado interno, a política salarial não

apenas provoca o achatamento generalizado como também esmaga mais drasticamente a base da pirâmide. Pesquisa divulgada pela revista *Exame*, em dezembro passado, revelou que em 115 empresas de São Paulo, Rio de Janeiro e sul do país, no espaço de seis meses, o salário médio de um executivo pulou de 32 vezes o salário médio de um operário para 47 vezes mais. Por essas e outras é que desde a década de 50 o trabalho vem reduzindo sua participação na renda nacional e hoje está na casa dos 25%; os outros 75% cabem à remuneração do capital.

Transportados para o cenário internacional, os salários brasileiros batem novamente nos extremos dos indicadores. Com relação ao mínimo não é preciso andar muito: basta verificar que o salário brasileiro, em torno dos 100 dólares, é o menor pago entre os parceiros do Brasil no Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai). Na outra ponta, segundo pesquisa da consultoria internacional Towers Perrin (publicada na *Gazeta Mer-*

cantil de 15/01/96), os salários dos executivos brasileiros são os mais altos do mundo (294 mil dólares por ano), numa amostra realizada em 22 países economicamente fortes, incluindo Estados Unidos, Alemanha, Japão e França.

Todo mundo está cansado de saber que o desenvolvimento de um país está diretamente relacionado com o seu investimento em educação. Nessa área, mais uma vez, o Brasil figura no *ranking* internacional entre os países com maior número de analfabetos. Em números absolutos, segundo a UNESCO, o Brasil é o 7º colocado no mundo, com 19 milhões de analfabetos (veja quadro). O mais grave, no entanto, é que o país tem – ainda hoje – 4 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, sem perspectivas de que venham a ter alguma escolaridade até a idade adulta.

Futuro

Além disso, paradoxalmente, a cada censo o IBGE registra uma

Vice-campeão mundial da Aids

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 1995 o Brasil já estava em segundo lugar no ranking mundial de casos registrados de Aids, com 71.111 doentes, e perdendo apenas para os Estados Unidos, que tinha 441.528 casos registrados. Os dados brasileiros, no entanto, são considerados subestimados por várias entidades, que apontam falhas e atrasos nos registros da doença e nas notificações de mortes. A médica infectologista Maria Eugênia Lemos Fernandes, da Associação Saúde da Família, disse que as entidades de saúde pública estimam que haja hoje no Brasil 700 mil pessoas soropositivas e que entre 120 mil e 130 mil tornam-se portadoras do vírus da Aids a cada ano.

Maiores Economias do Mundo
PNB (US\$ milhões)

EUA	6.259.899
Japão	4.214.204
Alemanha	1.910.760
França	1.251.689
Itália	991.386
Reino Unido	819.038
Espanha	478.582
Canadá	477.468
Brasil	444.205
China	425.611

Fonte: Banco Mundial (1995)

queda no índice de analfabetismo no Brasil, ao mesmo tempo em que cresce o número absoluto de analfabetos. Em 1920, por exemplo, 64,9% da população era analfabeta, ou 11,4 milhões de pessoas. Em 1950, o analfabetismo caiu para 50,5% da população e o número de analfabetos subiu para 15,2 milhões. E, em 1980, havia 25,5% de analfabetos, ou 18,7 milhões.

Segundo estudos do Unicef, em 1995, comparando o desempenho de cada país no ensino com o nível de desenvolvimento econômico, o Brasil apresentou o quarto pior resultado da América Latina, com 29 pontos negativos, acima somente do Haiti (-40), Guatemala (-34) e República Dominicana (-34). Já em 1992, o Brasil foi incluído pela primeira vez em uma olimpíada internacional de Ciências e Matemática, para alunos de 7ª série, conduzida por instituições norte-americanas. Participaram 20 países de todos os continentes e o Brasil acabou classificado em penúltimo lugar, à frente apenas de Moçambique.

No Brasil, a situação econômica interfere negativamente na escolaridade e na qualidade do ensino. Segundo o professor Otaviano Helene, “sobretudo na universidade particular, quando há crise econômica cai o índice de matrícula, enquanto nos países onde a escola é pública, como na Argentina, quando há desemprego o aluno que não tem trabalho acaba ficando mais tempo na universidade”. Dados da UNESCO mostram que quase 50% das crianças matriculadas na 1ª série do 1º grau abandonam a escola antes do final do ano ou são reprovadas. Muitas delas deixam a escola para trabalhar e complementar a renda familiar. Por isso, de cada 100 crianças matriculadas na 1ª série apenas 56 atingem a 5ª série; somente 39 chegam ao 2º grau e 12 à universidade.

Com base nessa situação, especialistas brasileiros reunidos num seminário em São Paulo, em 1993, avaliaram que no atual ritmo de escolarização apenas no ano 2100 o Brasil terá 95% de uma geração com o 1º grau com-

pleto; e somente no ano 3080 cerca de 90% dos brasileiros terão concluído o 2º grau — índices que os países desenvolvidos já alcançaram há tempos.

O Brasil econômico continua andando longe do Brasil social. O país ostenta, por exemplo, segundo a FAO, o oitavo lugar mundial na produção de cereais, ficando atrás da China, EUA, Índia, Rússia, França, Indonésia e Canadá. Mas obtém, ao mesmo tempo, o 87º pior índice de mortalidade infantil, numa lista de 132 países. Com 57 mortes no primeiro ano de vida, entre cada mil crianças nascidas vivas, o país só ganha, em toda a América Latina, da Bolívia (73) e do Peru (63); e perde para países como Nicarágua (51), Guatemala (46), El Salvador (45), Honduras (41), República Dominicana (40) e, distanciado, de seus parceiros do Mercosul.

Analfabetismo no Mundo

nº de habitantes (em milhões)

	total	analfabetos
Índia	897	264
China	1205	224
Paquistão	128	39
Bangladesh	122	37
Nigéria	119	27
Indonésia	195	26
Brasil	157	19
Egito	56	16
Irã	63	12

Fontes: total, UNICEF (1995) e analfabetos, Unesco (1990)

Campeão de mortes no trânsito

Embora os números sobre mortes em acidentes de trânsito apresentem diferenças nos registros de vários órgãos no Brasil, entre eles o Geipot, ABNT e Denatran, em todos o país aparece disparado como o grande campeão mundial. De acordo com o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), em 1992 morreram em acidentes 21.387 pessoas, enquanto no Japão foram 11.451; na Alemanha, 11.300; na França, 9.617 e, na Itália, 7.400. Todos esses países, entretanto, mantêm frotas superiores à brasileira, que era, em 92, de 20,9 milhões de veículos. O Japão tinha 64,6 milhões de veículos; a Alemanha, 47,4; a França, 28,8 e a Itália, 34,7 milhões de veículos.

Fome

De acordo com a FAO e outras instituições internacionais, o Brasil ocupa o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, frutas, laranja e mandioca; é o 2º na produção de feijão, soja, banana e cacau e em rebanho bovino; é o 3º na produção de milho; é o 4º na produção de carne e na criação de galinhas; é o 5º em rebanhos suíno e equino. Ou seja, a fartura da agricultura e da pecuária brasileiras é de dar inveja em qualquer país do planeta. No entanto, segundo dados da Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças, 400 mil crianças morrem de fome por ano no Brasil. E a reversão desse quadro é mais dramática quando se sabe que mais de 53% da população infante-juvenil vivem em famílias cu-

ja renda mensal *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo.

Enfrentar as disparidades, reduzir o fosso e acabar com as desigualdades são desafios antigos da vida nacional. Para o professor Eduardo Giannetti Fonseca, da Faculdade de Economia da USP, “os problemas mais graves do Brasil são a ausência de uma boa base educacional, o descontrole demográfico, a falta de acordo sobre as regras do jogo econômico e Estado excessivamente intrusivo, que não respeita a liberdade e as regras do mercado”. Ele acha que, “para se tornar uma grande nação, o Brasil precisa resolver duas coisas básicas: a pobreza em massa e a inflação crônica; tiradas essas duas pragas, o país tem condições de florescer enquanto cultura e mostrar que nem tudo na vida é valor econômico”.

O professor Emir Sader responsabiliza diretamente o modelo econômico concentrador pelas maiores contradições do país. Segundo ele, o Plano Real “estabilizou a moeda, mas foi uma estabilização puramente monetária, porque existe muita entrada de dólares, já que o Brasil tem a taxa de juros mais alta do mundo e isso atrai capital especulativo, mas não cria riqueza”. Além disso, acrescenta: “O Estado brasileiro é deficitário, é o maior devedor da economia e paga dívidas com a taxa de juros mais alta do mundo. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, a dívida interna do Brasil era de 45 bilhões de reais e hoje é de 103 bilhões. Em 95, o governo gastou 25 bilhões de reais entre dívida interna e externa, mas com saúde e educação gastou apenas 8 bilhões”.

Todos os indicadores provam, com seus números (relativos e absolutos), que o distanciamento entre o caminho econômico e o caminho social cria mesmo contradições de toda ordem, alimenta disparidades e polarizações e torna evidente uma sociedade desigual. Na luta por tecnologia e produtividade, fundamentais na corrida internacional de mercados, o Brasil impressiona por sua voracidade em obter o certificado de qualificação ISO 9000, que atesta a boa qualidade na produção de bens e serviços. Ao mesmo tempo, o país provoca arrepios em todo o mundo com o trágico exemplo de Caruaru, onde matou mais de 40 pessoas numa simples e corriqueira sessão de hemodiálise. Na convivência dessas realidades é fácil descobrir quem leva a pior. **RA**

Maiores Produtores de Cereais

toneladas métricas

China	400.409
EUA	353.353
Índia	199.585
Rússia	102.117
França	60.420
Indonésia	55.757
Canadá	49.147
Brasil	44.165

Fonte: FAO (1992)

Maiores Produtores de Veículos

mil unidades

Japão	11.228
EUA	10.890
Alemanha	3.991
França	3.156
Canadá	2.239
Coreia do Sul	2.050
Espanha	1.768
CEI	1.589
Reino Unido	1.569
Brasil	1.391

Fonte: ANFAVEA (1993)